

nhia mantém instrumentos financeiros contabilizados no ativo, assim como em contas a pagar (fornecedores), cujos valores justos não são significativamente diferentes daqueles contabilizados. **b) Valor justo**-Disponibilidades e contas a pagar a curto prazo: Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo destes instrumentos. **13. Instrumentos Financeiros Derivativos**-A Companhia não possui política para efetuar aplicações em instrumentos financeiros derivativos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. **14. Remuneração dos Administradores**-A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) estabelece ainda uma Gratificação Anual, pro rata temporis, no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano. Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração farão jus ao prêmio eventual conforme disposto no parecer CODEC nº 150/2005. Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2011-R\$	2010-R\$
Honorários da diretoria e conselho	43.529	35.390
Salários	5.827	-
Férias	5.756	-
Licença remunerada	19.800	7.811
Total de despesas	74.912	43.201
INSS a recolher	58.225	22.111
FGTS a recolher	13.333	4.868
IRRF a recolher	41.579	25.788
Total a pagar	188.049	95.968

São Paulo, 22 de março de 2012

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado,

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Paulista de Securitização
São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**-A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**-Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, con-

15. Partes Relacionadas-Controlador-O Diretor Administrativo-Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia acumula a função de Diretor da Companhia Paulista de Parcerias, também vinculada à Secretaria da Fazenda, empresa esta acionista com 2,5% do Capital Social da Companhia Paulista de Securitização. A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não apresentava saldos com partes relacionadas (controlador). **16. Provisões para Riscos**-Não há litígio em andamento ou riscos que necessitem de provisão contábil. **17. Gerenciamento de Riscos e Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo**-Considerando o estágio atual de suas operações, a Administração entende que a companhia está exposta a riscos de taxa de juros e mercado, tendo em vista que possui aplicações financeiras em fundo referenciado DI, dessa forma a redução das taxas de juros no mercado pode acarretar redução de suas receitas financeiras. Para atender exclusivamente à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, em 31/12/2011, a Administração da Companhia estimou os seguintes efeitos decorrentes da redução da taxa de juros no valor justo:

	Cenário			
	2011	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI 10,30%	CDI 7,73%	CDI 5,15%
Aplic. financ. de liquidez imed.	1.198.456	1.321.897	1.291.097	1.260.176
		Premissas		
	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)	
CDI		Redução de 25% s/taxa provável	Redução de 50% s/taxa provável	

i. No cenário provável, a Companhia apresentaria uma exposição líquida ativa de até R\$ 1.321.897, resultante de estimativas futuras de CDI. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável, as estimativas gerariam uma redução de ativos líquida

Parecer do Conselho Fiscal

das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 20 de março

Relatório dos Auditores Independentes

duzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

de R\$30.800 e R\$61.721, respectivamente, em comparação ao cenário provável. ii. Cenário Possível: Premissa considerada pela Administração com deterioração de 25% na variável de risco (redução de 25% na taxa de juros). iii. Cenário Remoto: Premissa considerada pela Administração com deterioração de 50% na variável de risco (redução de 50% na taxa de juros). **18. Eventos Subsequentes**-Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 23/2/2012, foram aprovados: **a)** A oportunidade de emissão e as condicionantes da distribuição pública da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, de Emissão da Companhia Paulista de Securitização. **b)** O aumento do limite do capital autorizado para R\$335.000.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de reais) em moeda corrente nacional, representado por 3.350.000 (três milhões, trezentos e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; Em conformidade com essas deliberações e em cumprimento ao objeto social da Companhia, foram celebrados os instrumentos jurídicos que permitem a emissão e distribuição pública das debêntures, incluindo a assinatura do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e outras avenças ("Contrato de Cessão") entre a CPSEC e o Estado de São Paulo, com expectativa de encerramento do processo de distribuição no segundo trimestre de 2012.

Conselho de Administração	
Andrea Sandro Calabi	
Phillip Vedolim Duchateau	
Jorge Luiz Avila da Silva	
Diretoria	
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente	
Max Freddy Fraendorf - Diretor de Gestão Corporativa	
Tomás Bruginski de Paula Dir. Administ. Financ. e de Rel. com Investid.	
Contador	
Renato Vieira Pita - CRC nº 1SP 215.876/O-8 - CPF 280.830.348-35	

de 2012, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

Pedro Pereira Benvenuto
Marcio Cury Abumussi
Caio Augusto de Oliveira Casella

opinião. **Opinião**-Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Paulista de Securitização em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board-IASB. **Outros assuntos-Demonstração do valor adicionado**-Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Barbosa da Silva Junior
Contador
CRC nº 1 SP 128.132/O-0